



ESTRATÉGIA INTEGRADA PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

RELATÓRIO DE PROGRESSO SEMESTRAL 1º SEMESTRE 2018

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL
CRIADO PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS
Nº334/2016, DE 15 DE SETEMBRO





ESTRATÉGIA INTEGRADA
PARA A PROMOÇÃO
DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

RELATÓRIO
DE PROGRESSO SEMESTRAL
1º SEMESTRE 2018

**GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL
CRIADO PELA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS
Nº334/2016, DE 15 DE SETEMBRO**

1



FICHA TÉCNICA

AUTORES

Direção-Geral da Saúde, Ministério da Saúde (Pedro Graça, Maria João Gregório, Sofia Mendes de Sousa)

Secretaria de Estado Autarquias Locais, Ministério da Administração Interna (Tatiana Penedo)

IPMA, Ministério do Mar (Narcisa Bandarra e Telmo Carvalho)

Direção-Geral da Educação, Ministério da Educação (Rui Matias Lima)

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, Ministério da Economia (Vânia Carvalho)

Secretaria de Estado da Indústria, Ministério da Economia (Ana Simão)

Gabinete Planeamento, Políticas e Administração Geral, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (João Toledo)

Lisboa, abril 2019

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO GERAL	4
PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO 1º SEMESTRE	8
CONCLUSÕES.....	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ANEXO 1 CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO E CALENDÁRIO DE REUNIÕES ..	23

ENQUADRAMENTO GERAL

A alimentação inadequada é, em Portugal, um dos fatores de risco que mais contribui para a perda de anos de vida saudáveis [1]. As doenças crónicas associadas a hábitos alimentares inadequados, como as doenças cardiovasculares, a diabetes, a obesidade e as doenças oncológicas, são doenças com uma elevada prevalência na população portuguesa, sendo as doenças cardiovasculares a principal causa de morte em Portugal [2, 3].

Considerando este cenário epidemiológico, torna-se premente o investimento na área da promoção de uma alimentação saudável, sendo a definição de uma estratégia integrada neste âmbito o grande desafio que se colocava.

De facto, a promoção de uma alimentação mais saudável tem constituído uma das prioridades do XXI Governo Constitucional no âmbito das políticas de saúde pública, em linha com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Comissão Europeia. Foi neste contexto, que foi criado o Grupo de Trabalho (doravante GT) interministerial, através da Deliberação do Conselho de Ministros n.º 334/2016 de 15 de setembro, com o objetivo de elaborar uma estratégia para a promoção da alimentação saudável que visasse incentivar o consumo alimentar adequado e a consequente melhoria do estado nutricional dos cidadãos, com impacto direto na prevenção e controlo de doenças crónicas. Este GT coordenado pela área da saúde (Direção-Geral da Saúde), é também constituído por representantes designados pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças, das autarquias locais, da educação, da economia, da agricultura e do mar.

O GT exerceu as suas funções durante um período de seis meses, tendo no fim desse prazo apresentado uma proposta de Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), nos termos da Deliberação de Conselho de Ministros n.º 334/2016, que foi aprovada através do Despacho n.º 11418/2017 de 29 de dezembro. Este Despacho determinou que o acompanhamento e a monitorização da implementação da EIPAS fossem efetuado pelo mesmo GT, o qual deverá apresentar semestralmente relatórios de progresso. Neste Despacho é igualmente referido que as medidas da EIPAS são implementadas pelos diversos serviços e organismos da administração direta ou indireta do Estado competentes, em função das respetivas áreas de atuação e sob orientação das respetivas tutelas.

Assim, decorridos os primeiros seis meses desde a aprovação da EIPAS, o GT elabora o primeiro relatório de progresso desta estratégia, que aqui se apresenta.

ESTRATÉGIA INTEGRADA PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL (EIPAS)

BREVE DESCRIÇÃO

A Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), publicada através do Despacho nº 11418/2017 de 29 de dezembro, apresenta como missão incentivar o consumo alimentar adequado e a consequente melhoria do estado nutricional dos cidadãos, com impacto direto na prevenção e controlo das doenças crónicas [4]. Esta estratégia foi desenvolvida por um grupo interministerial, que contou com a participação dos Ministérios das Finanças, Administração Interna, Educação, Saúde, Economia, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar e apresenta um conjunto de 51 medidas organizadas em quatro eixos estratégicos e diferentes áreas de intervenção:

EIXO 1: Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos. Este eixo tem como objetivo principal fazer com que as ofertas e as escolhas saudáveis sejam mais fáceis em termos de preço, acesso e atratividade, promovendo a melhoria da disponibilidade e a composição dos alimentos, em particular nos seus conteúdos em sal, açúcar e ácidos gordos *trans*. As 20 medidas deste eixo encontram-se organizadas em 4 principais áreas de intervenção:

Monitorização da composição nutricional da oferta alimentar Medida 1, 2, 3	Reformulação dos produtos alimentares Medida 4, 5, 17
Melhoria da oferta alimentar nas instituições do Estado Medida 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13	Melhoria da oferta alimentar na restauração Medida 1, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

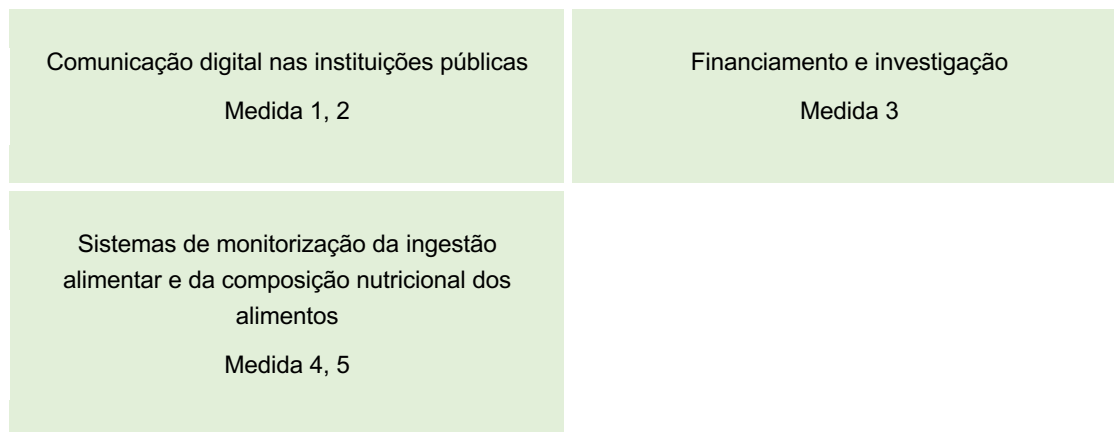
EIXO 2: Melhorar a qualidade e acessibilidade da informação disponível ao consumidor, de modo a informar e capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis. As 11 medidas têm como objetivo principal identificar atividades/iniciativas que facilitem o acesso por parte do cidadão a informação de qualidade para uma escolha informada e encontram-se organizadas em 5 principais áreas de intervenção:

Melhoria da rotulagem dos produtos alimentares Medida 1, 2, 11	Limitação da publicidade e marketing de alimentos Medida 3, 4,	Promoção da comunicação sobre alimentação saudável nas instituições do Estado e pelas empresas do setor Medida 5, 7, 8, 10, 11
Estratégias locais para a promoção da alimentação saudável Medida 6, 10	Disseminação de boas práticas na área da promoção da alimentação saudável Medida 9	

EIXO 3: Promover e desenvolver a literacia e autonomia para o exercício de escolhas saudáveis pelo consumidor. Este eixo tem como objetivo capacitar os cidadãos de vários níveis de literacia para as escolhas saudáveis e capacitar outros profissionais que não apenas os da saúde, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, nas populações com quem trabalham, dotando-os de conhecimento e capacidades para estas intervenções. As 15 medidas deste eixo encontram-se organizadas em 4 áreas principais de intervenção:

Melhoria da comunicação sobre alimentação nos primeiros 1000 dias da vida para pais e população em geral Medida 1	Promoção da Dieta Mediterrânica e de produtos nacionais Medida 2, 5, 6, 9
Melhoria da comunicação sobre alimentação saudável para a população em geral Medida 7, 11, 12, 13	Capacitação e formação de profissionais Medida 3, 4, 8, 10, 14, 15

EIXO 4: Promover a inovação e o empreendedorismo direcionado à área da promoção da alimentação saudável. Este eixo tem como objetivo principal identificar iniciativas que utilizem a inovação e o desenvolvimento tecnológico para modificar conhecimentos, atitudes e comportamentos face à alimentação saudável, aproveitando a capacidade empreendedora do microtecido económico e empresarial português. As 5 medidas deste eixo podem ser organizadas em 3 áreas principais de intervenção:



PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS NO 1º SEMESTRE

Os primeiros 6 meses de implementação da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) foram pautados por um forte investimento ao nível de processo de reformulação dos produtos alimentares, tendo sido iniciado o diálogo com os sectores da indústria e distribuição alimentar. Das categorias de alimentos consideradas na EIPAS, foram definidas as prioritárias para cada um dos nutrientes cujo consumo se pretende diminuir, tendo sido definidas metas a atingir até 2021. Em paralelo, foi definida uma estratégia de monitorização da composição nutricional das categorias de alimentos incluídas no processo de reformulação, de modo a que seja possível avaliar o cumprimento das metas definidas. Este diálogo com a indústria e distribuição alimentar irá culminar com a celebração de: 1) um protocolo para a promoção da reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* artificiais em certas categorias de produtos alimentares entre a DGS, o INSA, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e a Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares (FIPA) e 2) um protocolo para a monitorização da reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* artificiais em certas categorias de produtos alimentares entre a DGS, o INSA, a APED, a FIPA e a Nielsen. Face às categorias de alimentos presentes na EIPAS, serão abrangidas nestes processos de reformulação e respetiva monitorização cerca de 60% das categorias de alimentos definidas no âmbito da redução do teor de sal (batatas fritas e outros *snacks* salgados, bolachas e biscoitos, cereais de pequeno-almoço, fiambre, queijo, sopa pronta a consumir e tostas), 40% das categorias de alimentos definidas no âmbito da redução do teor de açúcar (bolachas e biscoitos, cereais de pequeno-almoço, iogurtes, leite achocolatado, néctares de fruta e refrigerantes) e 50% das categorias de alimentos definidas no âmbito da redução do teor de ácidos gordos *trans* (bolachas e biscoitos, gorduras de origem industrial para o fabrico de produtos alimentares e produtos de pastelaria), sendo que este processo se irá iniciar no 2º semestre de 2018. Dentro de cada uma destas categorias de alimentos pretende-se promover a reformulação e monitorizar os produtos que representam pelo menos 80% do consumo.

Ainda no âmbito da promoção da reformulação dos produtos alimentares, foi também estabelecido um protocolo com as Associações dos Industriais de Panificação, Pastelaria e Similares com o objetivo de promover a redução do teor de sal no pão. O consumo excessivo de sal pela população portuguesa é um dos sérios problemas de saúde pública, sendo que os portugueses consomem em média cerca do dobro do valor recomendado pela OMS (inferior a 5 g de sal por dia). No âmbito deste protocolo ficaram definidas metas anuais para a redução do teor de sal no manual, sendo a meta final para 2021 de 1,0 g de sal por 100 g de pão. Este protocolo de colaboração com as Associações dos Industriais de Panificação, Pastelaria e Similares definiu também limites para o teor de ácidos gordos *trans* nos produtos de pastelaria, dado que esta é uma das categorias de alimentos onde se verificam teores mais elevados de ácido gordos *trans*. Este protocolo pretende assim promover a redução dos teores de ácidos gordos *trans* artificiais nos produtos do setor da panificação e pastelaria para valores

inferiores a 2 g e a 1 g de ácido gordos *trans* por 100 g de gordura utilizada na confeção destes produtos até 2019 e 2020, respetivamente.

De modo a incentivar as padarias portuguesas a alcançarem mais rapidamente a meta definida para o ano de 2021, no que toca ao teor máximo de sal no pão, foi lançada também a iniciativa Selo de Excelência Pão com “Menos sal, mesmo sabor”. Com esta iniciativa pretende-se conceder uma distinção pública, através da atribuição de uma menção distintiva (um selo) às padarias que já cumpram a meta mais ambiciosa definida para o ano de 2021 (teor máximo de sal de 1 g por 100 g de pão).

Por último, foi ainda elaborado um protocolo com a APED para a diminuição da gramagem dos pacotes de açúcar para um máximo de 4 g. Esta medida surge no seguimento de um trabalho que já tem vindo a ser desenvolvido deste 2016, em colaboração com a Associação de Refinadores de Açúcar Portugueses (ARAP) e com a Associação Industrial e Comercial do Café (AICC), para a limitação do peso líquido das doses individuais de açúcar utilizados no canal HoReCa a um máximo de 5/6 g. Com este trabalho iniciado em 2016, tem sido incentivada a redução do peso líquido dos pacotes de açúcar em quase 50%.

Ainda relativamente às ações implementadas no âmbito das medidas do eixo 1 da EIPAS, destaca-se um conjunto de ações que pretendem dar continuidade às estratégias para a modificação da oferta alimentar em determinados espaços públicos. Assim, destaca-se a elaboração de um guia com orientações para a oferta alimentar em eventos organizados por instituições públicas e a elaboração de um manual sobre produtos biológicos no âmbito da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e que poderá ser um importante contributo para a medida 11 do eixo 1 da EIPAS - “incentivar as compras públicas de produtos alimentares com a utilização de cadeias curtas, modos de produção integrada ou biológica”. Neste contexto, foram ainda iniciados alguns esforços no sentido de modificar a oferta alimentar nas instituições do ensino superior (Quadro 1).

Quadro 1. Ações implementadas/em curso no âmbito do Eixo 1 da EIPAS.

EIXO 1 MODIFICAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Monitorização da composição nutricional da oferta alimentar	Medida 1 Monitorizar o teor de sal nas seguintes categorias de alimentos: grupo do pão e cereais de pequeno-almoço, carnes e derivados de carne (carne picada — derivado de carne), refeições prontas a consumir, batatas fritas e outros <i>snacks</i> , molhos, sopas prontas a consumir, queijos e conservas de peixe e refeições produzidas pela restauração (sopa e prato de refeição) [5, 6].		<p>> % de categorias de alimentos monitorizadas relativamente ao teor de sal – 60% (monitorização a iniciar em dezembro 2018)</p> <p>>% produtos monitorizados dentro de cada categoria de alimentos, relativamente ao teor de sal – 80%</p>

EIXO 1 MODIFICAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Monitorização da composição nutricional da oferta alimentar	Medida 2 Monitorizar o teor de açúcar nas seguintes categorias de alimentos: bebidas não alcoólicas, lacticínios, bolachas e sobremesas doces, produtos de pasteleria, cereais de pequeno-almoço, refeições prontas a consumir, molhos, gelados e fruta em conserva [5, 7].	Elaboração de um protocolo com a Nielsen para a monitorização da reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos <i>trans</i> nas categorias de alimentos enquadradas no protocolo de reformulação com a FIPA e APED <i>(em curso)</i>	>% de categorias de alimentos monitorizadas relativamente ao teor de açúcar – 40% (monitorização a iniciar em dezembro 2018) >% produtos monitorizados dentro de cada categoria de alimentos, relativamente ao teor de açúcar – 80%
	Medida 3 Monitorizar o teor de ácidos gordos <i>trans</i> nas seguintes categorias de alimentos: bolachas, produtos de pasteleria, batatas fritas, cereais de pequeno-almoço, cremes de chocolate para barrar e margarinas [5, 8].		>% de categorias de alimentos monitorizadas relativamente ao teor de ácidos gordos <i>trans</i> – 50% (monitorização a iniciar em dezembro 2018)
Reformulação dos produtos alimentares	Medida 4 Promover a adequação dos perfis nutricionais para determinadas categorias de alimentos, nomeadamente relativamente à quantidade de sal, açúcar e ácidos gordos <i>trans</i> [5-7, 9, 10].	Elaboração de um protocolo com a FIPA e APED para a reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos <i>trans</i> de diversas categorias de alimentos <i>(em curso)</i>	>% de categorias de alimentos incluídas no protocolo para a reformulação relativamente ao teor de sal – 60% >% de categorias de alimentos incluídas no protocolo para a reformulação relativamente ao teor de açúcar – 40%
Reformulação dos produtos alimentares	Medida 5 Propor metas a atingir na reformulação destas categorias de alimentos em conjunto com as entidades do setor, tendo por base as Recomendações da OMS [11, 12] e como objetivo geral: 5.1 Fazer com que o consumo de sal <i>per capita</i> se aproxime de 5 g/dia em 2020; 5.2 Fazer com que o consumo diário de açúcar simples se aproxime de 50 g/dia e um máximo de 25 g/dia em menores de idade em 2020; 5.3 Fazer com que o consumo de ácidos gordos <i>trans</i> se aproxime de zero em 2020.	Protocolo para a redução do teor de sal no pão com as Associações dos Industriais da Panificação, Produtos de Pasteleria e Similares Projeto Selo de Excelência “Pão com menos sal, mesmo sabor” Protocolo para a redução do teor de ácidos gordos <i>trans</i> nos produtos de pasteleria com as Associações dos Industriais da Panificação, Produtos de Pasteleria e Similares	>% de categorias de alimentos incluídas no protocolo para a reformulação relativamente ao teor de ácidos gordos <i>trans</i> – 50% >Número de reuniões realizadas com os setores da indústria e distribuição alimentar -12 >% de redução do teor de sal no pão até 2021 – 29% >Número de padarias aderentes – 12

EIXO 1 MODIFICAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES	
Reformulação dos produtos alimentares		Participação na avaliação do Imposto Especial de Consumo sobre as Bebidas Açucaradas e adicionadas de Edulcorantes	<p>> Elaboração do relatório do Grupo de Trabalho (Despacho n.º 2774/2018) relativo ao Imposto Especial de Consumo sobre o Consumo as Bebidas Açucaradas e Adicionadas de Edulcorantes</p> <p>> Número de reuniões realizadas - 11</p>	
	Medida 17	Incentivar as empresas do setor agroalimentar a reduzir o tamanho das porções dos alimentos e bebidas pré-embalados.	Elaboração de um protocolo com a PROBEB e com a APED para a redução do tamanho das porções das embalagens familiares das bebidas açucaradas e adicionadas de outros edulcorantes <i>(em curso)</i>	>% de operadores económicos envolvidos – mais de 80%
Melhoria da oferta alimentar nas instituições do Estado	Medida 8	Propor que nos eventos públicos organizados pelos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado exista obrigatoriamente a oferta de água, fruta e ou produtos hortícolas, de preferência respeitando critérios de disponibilidade sazonal e de proximidade.	Elaboração do “Guia para uma oferta alimentar adequada em eventos organizados por instituições públicas” <i>(em curso)</i>	
	Medida 9	Alargar as orientações já existentes para a oferta alimentar em meio escolar e provenientes do Ministério da Educação a todos os níveis de educação e ensino, nomeadamente ao ensino superior.	Reunião com Comissão Especializada dos Serviços de Ação Social do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos para a celebração de um protocolo no âmbito da implementação de uma estratégia para a promoção da alimentação saudável nas instituições do ensino superior <i>(em curso)</i>	> Número de reuniões realizadas - 1
			Elaboração do Guia de apoio à aplicação do Despacho n.º 11391/2017 que visa a alteração da disponibilidade de alimentos nos espaços destinados à exploração de bares, cafetarias e bufetes, nas instituições do Ministério da Saúde	

EIXO 1 MODIFICAÇÃO DO AMBIENTE ALIMENTAR

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Melhoria da oferta alimentar nas instituições do Estado	Medida 11		
	Incentivar as compras públicas de produtos alimentares com a utilização de cadeias curtas, modos de produção integrada ou biológica. Para tal, propõe-se a elaboração de um guia que contenha indicações claras, quer quanto aos critérios de adjudicação quer quanto aos fatores e sub-fatores em que estes se densificam. Esse guia deverá aproximar o produtor do consumidor, nomeadamente nos serviços alimentares tutelados por serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado.	Elaboração de um manual para a promoção do consumo de produtos biológicos <i>(em curso)</i>	
Melhoria da oferta alimentar na restauração	Medida 12		
	Estender as orientações para os refeitórios escolares da DGE, relativas à utilização de sal iodado, a outras cantinas/refeitórios para além dos escolares.	Reunião com Comissão Especializada dos Serviços de Ação Social do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos para a celebração de um protocolo no âmbito da implementação de uma estratégia para a promoção da alimentação saudável nas instituições do ensino superior <i>(em curso)</i>	> Número de reuniões realizadas - 1
Melhoria da oferta alimentar na restauração	Medida 19		
	Alargar as políticas de limitação do volume e oferta dos pacotes de açúcar individuais à totalidade dos agentes económicos responsáveis pela refinação e distribuição do açúcar.	Assinatura de um compromisso entre o Ministério da Saúde e a associação representativa do setor da distribuição alimentar, visando a redução do volume dos pacotes de açúcar disponibilizados com as bebidas quentes comercializadas em estabelecimentos comerciais	> % de redução – 40%

A sensibilização e a capacitação dos cidadãos para escolhas alimentares mais saudáveis é também determinante para uma estratégia para a promoção da alimentação saudável e que está bem presente nos eixos 2 e 3 da EIPAS. Neste âmbito, neste primeiro semestre de implementação da EIPAS, a Direção-Geral da Saúde celebrou um protocolo de colaboração com as quatro estações televisivas portuguesas (RTP, SIC, TVI e Porto Canal) para a realização de campanhas nacionais de promoção da saúde pública. A primeira campanha com divulgação nas estações de televisão portuguesas foi a campanha intitulada “O Açúcar Escondido nos Alimentos”. Adicionalmente, foi também celebrado um protocolo entre a DGS e a NOS Cinemas com vista à divulgação de três campanhas anuais de promoção da saúde pública. Em 2018, foi também lançada uma campanha para a promoção do consumo de água,

em parceria com a Associação Portuguesa dos Industriais de Águas Minerais Naturais e de Nascente (APIAM).

Estas campanhas contaram com a participação de figuras públicas e foram realizadas utilizando uma forte presença nos meios de comunicação social e redes sociais. No período de 2017/2018 foram ainda lançadas 3 campanhas públicas de divulgação nacional (Juntos contra o sal, Juntos contra o açúcar, Juntos pela Alimentação Saudável).

Os meios de comunicação digital do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável da Direção-Geral da Saúde (Blogue Nutrimento e site do PNPAS) e do Serviço Nacional de Saúde (Portal do SNS) foram também utilizados como meios de comunicação de referência para a comunicação de informação nesta área para a população em geral.

De acordo com os dados do Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, a população portuguesa apresenta uma média de consumo de carne superior à de pescado (116,6 g/dia de carne vs 41,8 g/dia de pescado) [13]. Deste modo a promoção do consumo de pescado na população portuguesa faz parte de um conjunto de medidas EIPAS. Com este objetivo, foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da EIPAS um manual sobre conservas de pescado, que apresenta de forma breve os vários tipos de conservas de pescado, a sua história e valor nutricional e ainda diversas sugestões de receitas que permitem demonstrar diferentes possibilidades de utilização destes produtos em refeições rápidas e simples de fazer e com elevado valor nutricional e sabor.

Quadro 2. Ações implementadas/em curso no âmbito do Eixo 2 da EIPAS.

EIXO 2 MELHORAR A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO DE MODO A CAPACITAR OS CIDADÃOS PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Promover a comunicação sobre alimentação saudável nas instituições do Estado e pelas empresas do setor	Medida 5		
	Utilizar os novos meios de comunicação digital para promover mensagens de qualidade sobre alimentação saudável.	<p>Publicações no blogue Nutrimento</p> <p>Campanha “Açúcar Escondido”</p> <p>Campanha para a promoção do consumo de água</p> <p>Protocolo com as quatro estações televisivas portuguesas (RTP, SIC, TVI e Porto Canal) para a realização de campanhas nacionais de promoção da saúde pública</p> <p>Protocolo com a NOS Cinemas para a realização de campanhas nacionais de promoção da saúde pública</p>	<p>>Número de publicações no blogue Nutrimento - 137</p> <p>>Número de visualizações no blogue Nutrimento – 318 762</p> <p>>Número de campanhas realizadas – 2</p> <p>>Número de televisões envolvidas – 34.500</p>

EIXO 2 MELHORAR A QUALIDADE E A ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO DE MODO A CAPACITAR OS CIDADÃOS PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Promover a comunicação sobre alimentação saudável nas instituições do Estado e pelas empresas do setor		Criação do portal do SNS “Pão com menos sal”	
	Medida 11		
	Promover uma campanha pública de informação ao consumidor sobre alimentação saudável, incluindo informação relativa à rotulagem.	<p>Ação de formação sobre “Alimentação Saudável” dirigida a estudantes do ensino profissional</p> <p>Roadshow por várias cidades do país com a divulgação de brochuras/folhetos dirigidos aos consumidores vulneráveis sobre temas da alimentação saudável e rotulagem de alimentos</p> <p>Realização de Ações de Sensibilização sobre “Alimentação Saudável” na FUTURÁLIA (Feira de Educação, Formação e Orientação Educativa)</p> <p>Disponibilização de publicações sobre Alimentação Saudável no Portal e atual ‘site’ da Direção-Geral do Consumidor</p> <p>Projeto “Alimento Seguro” dirigido a crianças do 4º ano de escolaridade (8-10 anos)</p>	<p>>Número de estudantes envolvidos – 30</p> <p>>Número de estudantes envolvidos – 174</p>
Estratégias locais para a promoção da alimentação saudável	Medida 6		
	Promover o envolvimento das autarquias em iniciativas para o fornecimento de informação sobre alimentação saudável através dos seus próprios meios.	<p>Protocolos com municípios para a implementação da EIPAS a nível local</p> <p>Protocolo com a CM de Lisboa para a melhoria do plano de refeições escolares</p>	<p>>Número de protocolos estabelecidos com autarquias – 37</p>
	Medida 10		
	Promover a inclusão de iniciativas de promoção da alimentação saudável nos programas de promoção de saúde pública, atividade física e de envelhecimento ativo dos municípios.	Mapeamento de iniciativas junto das Autarquias Locais para desenvolver hábitos e estilos de vida saudáveis nas respetivas populações	>% respostas ao inquérito – 32%

O envolvimento das autarquias, através da implementação de estratégias locais para a promoção de uma alimentação saudável, é também determinante para a prossecução dos objetivos da EIPAS. Neste

contexto, foi desenvolvido um trabalho de mapeamento de iniciativas junto das Autarquias Locais para desenvolver hábitos e estilos de vida saudáveis nas respetivas populações, através da realização de um inquérito que esteve disponível na área reservada da página da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). Este mapeamento teve como objetivos principais identificar a existência nos municípios de estruturas dedicadas à área da alimentação saudável, a existência de nutricionistas, bem como de programas, projetos e de ações específicas nesta área e respetivo Pelouro ao qual estes programas/projetos estão afetos.

Em paralelo, têm sido estabelecidos protocolos de colaboração com alguns municípios portugueses de modo a incentivar a implementação de estratégias locais para a promoção de uma alimentação saudável. Destes, destacam-se os protocolos celebrados com os municípios de Santo Tirso e Lisboa. Por exemplo, a estratégia para a promoção da alimentação saudável do município de Santo Tirso, elaborada em parceria com a DGS e de acordo com as orientações da EIPAS, apresenta já um conjunto de medidas em implementação, tais como a implementação de bebedouros em diversos espaços públicos do município e a implementação de um programa de distribuição de lanches escolares para as escolas do 1º ciclo do município. Neste âmbito foi também celebrado um protocolo entre a DGS, a Administração Regional de Saúde do Centro e 35 municípios desta região com o objetivo de fazer um enquadramento da colaboração dos municípios ao nível da operacionalização da EIPAS. Pretende-se assim, incentivar os municípios a implementarem localmente as medidas das EIPAS.

Quadro 3. Ações implementadas/em curso no âmbito do Eixo 3 da EIPAS.

EIXO 3 PROMOVER E DESENVOLVER A LITERACIA E AUTONOMIA DOS CONSUMIDORES PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Melhoria da comunicação sobre alimentação nos primeiros 1000 dias de vida para pais e população em geral	Medida 1	Elaboração do Manual “Alimentação saudável nos berçários, creches e jardins-de-infância: linhas de orientação para profissionais e educadores” (em curso)	
	Promover a literacia alimentar de grávidas e nos pais sobre a importância da alimentação saudável nos primeiros 1000 dias de vida da criança.		
Promoção da Dieta Mediterrânica e de produtos nacionais	Medida 5	Elaboração do Manual “Receitas com lata” Desenvolvimento de um site sobre o valor nutricional do pescado (em curso)	
	Promover iniciativas que valorizem o conhecimento sobre o valor nutricional de alimentos estratégicos e característicos presentes na Roda da Alimentação Mediterrânica, nomeadamente pescado, hortofrutícolas, azeite, pão, leguminosas e produtos lácteos.		
Melhoria da comunicação sobre alimentação saudável para a população em geral	Medida 7	Desenvolvimento de cartazes para a divulgação do Regime Escolar para distribuição nas escolas Desenvolvimento de kits pedagógicos do Regime Escolar (em curso)	
	Desenvolver medidas de acompanhamento complementares à distribuição de leite e hortofrutícolas nas escolas, potenciando a eficiência do regime de distribuição nas escolas (RE) na promoção de hábitos alimentares saudáveis.		
	Medida 11		
	Promover iniciativas que permitam sensibilizar a população relativamente ao impacto na saúde do consumo excessivo de sal, bem como iniciativas que promovam a utilização de substitutos do sal como por exemplo as ervas aromáticas e especiarias e alternativas ao sal como a salicórnica.	Criação do portal do SNS “Pão com menos sal”	
	Medida 12		
	Promover iniciativas que permitam sensibilizar a população relativamente ao impacto na saúde do consumo excessivo de açúcar	Campanha “Açúcar escondido”	

EIXO 3 PROMOVER E DESENVOLVER A LITERACIA E AUTONOMIA DOS CONSUMIDORES PARA ESCOLHAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS DA EIPAS	AÇÕES IMPLEMENTADAS EM CURSO	INDICADORES
Capacitação e formação de profissionais	<p>Medida 3</p> <p>Melhorar a qualificação dos profissionais dos serviços de ação social na área da alimentação saudável, em particular dos que contactam com populações com baixos níveis de rendimento e literacia e que são responsáveis pela gestão de programas de distribuição de alimentos</p>	<p>Elaboração de manuais de apoio à formação dos profissionais das instituições beneficiárias do POAPMC</p>	<p>>Número de manuais desenvolvidos– 2</p>

CONCLUSÕES

Este relatório descreve as principais ações implementadas ou em curso durante o 1º semestre de 2018 de implementação da EIPAS. Durante estes primeiros seis meses de implementação da EIPAS diversas medidas foram já implementadas ou encontram-se em curso através de uma nova articulação intersectorial em diferentes áreas. Durante este período, foi realizado um forte investimento ao nível da promoção da reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* de algumas das categorias de alimentos que mais contribuem para a ingestão destes nutrientes cujo consumo se pretende diminuir. No âmbito da EIPAS, foi possível iniciar um trabalho em conjunto com os setores da indústria e da distribuição alimentar com o objetivo de incentivar a melhoria do perfil nutricional de algumas categorias de alimentos. Comparativamente a medidas semelhantes já implementadas no passado, destaca-se o facto desta estratégia englobar um sistema de monitorização robusto e com o envolvimento de instituições independentes, de modo a que seja possível avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos setores da indústria e distribuição alimentar. Este processo de correção é inédito em Portugal.

A implementação de medidas que visem modificar a oferta alimentar em determinados espaços públicos é também determinante para melhorar os hábitos alimentares de uma população. Neste contexto, a modificação da oferta alimentar nos diversos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado poderá ser um dos primeiros passos a dar. A este nível o GT da EIPAS iniciou a construção de um documento orientador para a oferta alimentar em eventos realizados por instituições públicas, bem como o diálogo com as instituições de ensino superior, de modo a promover que estas instituições implementem estratégias para a promoção de uma alimentação saudável.

Para o segundo semestre de 2018 são identificadas pelo grupo de trabalho da EIPAS algumas áreas de intervenção prioritárias:

1. Monitorização do processo de reformulação dos produtos alimentares

A monitorização dos compromissos estabelecidos com os setores da indústria e distribuição alimentar para a reformulação dos teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* será uma das importantes ações a desenvolver pela EIPAS até 2022. No âmbito destes compromissos com os setores da indústria e distribuição alimentar, a monitorização do cumprimento das metas definidas será levada a cabo pela empresa Nielsen em parceria com a DGS e o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA). Serão elaborados relatórios anuais de monitorização do cumprimento das metas definidas que serão apresentados no primeiro trimestre de cada ano. A Nielsen será responsável pela identificação da quantidade/volume de um conjunto de produtos que representam pelo menos 80% do consumo dentro de cada categoria de produtos alimentares definidos no protocolo, cruzando essa informação com os teores de sal, açúcar e ácidos gordos *trans* por 100 g ou 100 ml dos respetivos produtos (informação fornecida pelas associações

representantes do setor da indústria e distribuição alimentar e validada pela DGS e INSA), de forma calcular as médias ponderadas.

2. Rotulagem nutricional

Os resultados de um estudo realizado em Portugal com o apoio da OMS demonstram a incapacidade de muitos portugueses em compreender o atual modelo de rotulagem nutricional, uma vez que 40% dos inquiridos não compreendiam a informação nutricional presente nos rótulos dos produtos alimentares [14]. Deste modo, estes dados sugerem a necessidade de alterar o atual modelo, sendo necessária a utilização de um modelo de rotulagem nutricional mais simples e de carácter interpretativo, para que esta ferramenta possa ser uma verdadeira ferramenta de apoio às escolhas de opções alimentares mais saudáveis no momento da compra. A existência de um modelo de rotulagem nutricional de carácter interpretativo poderá ser uma ferramenta útil para facilitar escolhas alimentares mais adequadas por parte dos consumidores, bem como funcionar como mais um incentivo à reformulação dos produtos alimentares.

O GT da EIPAS propõe-se a contribuir para a discussão relativa à avaliação, identificação e eventual implementação de um modelo de rotulagem nutricional adicional de carácter interpretativo nos rótulos dos produtos alimentares que facilite o acesso por parte do cidadão a informação de qualidade para uma escolha informada, sustentado por evidência científica disponível.

3. Potenciar uma maior articulação intersectorial para aumentar o grau de implementação do Regime Escolar

A promoção do consumo de fruta e hortícolas nas escolas nacionais é um dos objetivos da EIPAS. Recentemente e tendo por objetivo promover o consumo de fruta, produtos hortícolas, leite e outros produtos lácteos nas escolas, a União Europeia unificou diversos regimes de apoio criando o Regime Escolar para alunos que frequentam o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico. Para além da oferta de alimentos, os estabelecimentos de ensino abrangidos pelo Regime Escolar devem implementar uma ou mais medidas educativas de acompanhamento. A EIPAS pretende criar condições para que um número alargado de crianças possa receber este apoio que até ao momento é ainda residual não atingindo a maioria da população escolar. Nesse sentido, a DGS a DGE, a DGEstE e o GPP trabalharão conjuntamente através da Comissão de Acompanhamento dos Regimes Escolares para definir as melhores abordagens de incentivo à adesão ao regime.

4. Promoção da dieta Mediterrânica

A Dieta Mediterrânica ou o padrão alimentar mediterrânico pode constituir-se como base do modelo alimentar saudável a promover em Portugal, na medida em que unifica de forma integrada as questões da saúde, produção local, sustentabilidade social e ambiental. Neste sentido e contando a EIPAS com representantes da agricultura, mar, educação, economia/finanças, saúde e poder local torna-se desejável ser este um fórum importante de

19

incentivo a este consumo alimentar. A promoção da dieta Mediterrânica deverá ser considerada nos serviços de alimentação públicos, nomeadamente nas instituições do SNS, nas instituições de ensino, bem como nas autarquias através da promoção do seu consumo e disponibilidade nas refeições servidas, entre outras. Assim, pretende-se promover a Dieta Mediterrânica na população portuguesa através de um conjunto de medidas que visem valorizar este padrão alimentar e capacitar a população para incorporar os seus princípios na sua alimentação diária, bem como através de um conjunto de medidas que assegurem que a oferta alimentar nas instituições públicas respeita os princípios da Dieta Mediterrânica.

5. Marketing e publicidade dirigida a crianças

As crianças são alvo constante de estratégias de marketing e publicidade de alimentos, sendo que diversos estudos demonstram que o marketing alimentar tem impacto nas preferências alimentares das crianças, bem como nos seus hábitos de consumo alimentar. Portugal não apresenta ainda legislação nesta área, tal como recomenda a OMS, contudo espera-se que até ao final do ano de 2018 seja publicada legislação que regule o marketing e a publicidade de alimentos dirigidos a crianças. Neste sentido pretende-se contribuir para a definição do perfil nutricional dos alimentos a limitar em matéria de marketing e publicidade dirigida a crianças e incentivar outras medidas de proteção das crianças face ao marketing alimentar. Neste sentido será articulado trabalho com o Ministério da Economia (Direção-Geral do Consumidor) e com a Organização Mundial da Saúde e diretrizes desta organização nesta área sendo a DGS coordenadora de uma network europeia de combate ao marketing de alimentos destinados ao público infantil.

6. Melhoria da oferta alimentar nas instituições do Ensino Superior

A promoção de uma alimentação adequada na população estudantil do ensino superior é também uma área prioritária da EIPAS. Os estudantes universitários podem ser considerados um grupo de risco para hábitos alimentares desadequados e aumento de peso, na medida em que o período universitário representa muitas vezes um período crítico com impacto nos hábitos alimentares dos indivíduos. Este período coincide com um período em que os jovens adultos adquirem maior liberdade e independência, começando a serem responsáveis pela escolha, compra e confeção dos alimentos. Deste modo, a promoção de hábitos alimentares adequados nestes grupos da população é de extrema importância, podendo as instituições do ensino superior ter um papel ativo nesta área. Assim, a EIPAS pretende contribuir para a definição de linhas estratégicas para a melhoria da oferta alimentar nas instituições de Ensino Superior. Neste âmbito, o grupo de trabalho da EIPAS pretende dar o apoio técnico necessário para a operacionalização de uma estratégia para a promoção de uma alimentação saudável a ser implementada pelas diferentes instituições públicas de Ensino Superior. De modo a operacionalizar esta medida, pretende-se numa fase inicial fazer um levantamento das boas práticas para a promoção da alimentação saudável já implementadas pelas diversas instituições de Ensino Superior Portuguesas, bem como celebrar um protocolo de colaboração entre estas

instituições e a DGS que contemple uma proposta estratégia para a promoção da alimentação saudável a implementar por estas instituições.

7. Promover a implementação da EIPAS ao nível dos municípios

Reconhecendo a importância dos municípios na área da alimentação e da nutrição, pretende-se fazer um acompanhamento e gestão da implementação dos protocolos já celebrados com diversos municípios a nível nacional, prestando apoio técnico à sua implementação, sempre que necessário, bem como contribuir para a avaliação dos resultados atingidos. Adicionalmente, pretende-se alargar os protocolos de colaboração estabelecidos com alguns municípios portugueses de modo a incentivar a implementação de estratégias locais para a promoção de uma alimentação saudável. Pretende-se também elaborar um documento orientador para a implementação de estratégias locais nesta área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Graça, P., et al., *Alimentação Saudável - Desafios e Estratégias*. 2018, Direção-Geral da Saúde: Lisboa.
2. Direção-Geral da Saúde and Direção de Serviços de Informação e Análise, *A Saúde dos Portugueses 2016*. 2017, Direção-Geral da Saúde: Lisboa.
3. Barreto, M., et al., *1º Inquérito Nacional de Saúde com Exame Físico (INSEF 2015): Estado de Saúde*. 2016, INSA IP: Lisboa.
4. Diário da República. 2.ª série — N.º 249 — 29 de dezembro de 2017, *Despacho n.º 11418/2017. Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável*. 2017.
5. High Level Group on Nutrition and Physical Activity and European Commission, *EU Framework for National Initiatives on selected Nutrients*.
6. High Level Group on Nutrition and Physical Activity and European Commission, *EU Framework for National Salt Initiatives*.
7. High Level Group on Nutrition and Physical Activity and European Commission, *Annex II: Added Sugars - EU Framework for National Initiatives on Selected Nutrients*.
8. Casal, S., et al., *Trans-fatty acids in Portuguese food products*. 2016, World Health Organization Regional Office for Europe: Copenhagen, Denmark.
9. *Regulamento (CE) n.º 1924/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos (JO L 404 de 30.12.2006 p. 9)*.
10. World Health Organization, *Eliminating trans fats in Europe. A policy brief*. 2015, WHO Regional Office for Europe: Copenhagen, Denmark.
11. World Health Organization, *Fact Sheet N.º 394: Healthy diet*. 2015.
12. World Health Organization, *Guideline: Sugars intake for adults and children*. 2015, World Health Organization: Geneva.
13. Lopes, C., et al., *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física IAN-AF 2015-2016. Relatório de resultados*. 2017, Universidade do Porto: Porto.
14. Gomes, S., et al., *Portuguese consumers' attitudes towards food labelling*. 2017, World Health Organization.

ANEXO 1

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO E CALENDÁRIO DE REUNIÕES

Conforme previsto na Deliberação do Conselho de Ministros n.º 334/2016 de 15 de setembro e com o Despacho n.º 11418/2017, de 29 de dezembro responsável pelo acompanhamento e a monitorização da implementação da EIPAS, é constituído pelos seguintes elementos:

- Pedro Graça, Maria João Gregório e Sofia Mendes de Sousa – Em representação da Direção-Geral da Saúde, Ministério da Saúde
- Narcisa Bandarra e Telmo Carvalho – Em representação do IPMA
- Tatiana Penedo – Em representação do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, Ministério da Administração Interna
- Rui Lima – Em representação da Direção-Geral da Educação, Ministério da Educação
- João Toledo - Em representação do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
- Vânia Carvalho – Em representação do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, Ministério da Economia
- Ana Simão – Em representação do Gabinete da Secretária de Estado da Indústria, Ministério da Economia

Data das reuniões:

- 6 de fevereiro de 2018
- 7 de março de 2018
- 11 de abril de 2018
- 21 de junho de 2018